

**A LEI Nº 5.692/1971 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL: uma revisão do estado do conhecimento**

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes<sup>1</sup>  
Stenio de Brito Fernandes<sup>2</sup>  
Marlúcia Menezes de Paiva<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo emerge de uma pesquisa desenvolvida no Doutorado em Educação de um Programa de Pós-Graduação em Educação de um Instituto Federal (IF). Objetiva evidenciar a produção científica desenvolvida na pós-graduação do Brasil, sobre a Lei nº 5.692/1971, promulgada em 11 de agosto de 1971, no período de 1971 a 2021. A metodologia é de abordagem bibliográfica, a partir de um levantamento do Estado do Conhecimento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como resultados, inferimos que dos 464 trabalhos encontrados, 28 deles possuem conexão com a Lei nº 5.692/1971, ao abordarem sobre sua implementação, formação docente em algum estado do Brasil e as mudanças curriculares ocorridas em detrimento dessa legislação. Entretanto, nenhuma das investigações, aborda especificamente, sobre a implementação da Lei nº 5.692/1971 e as ações do Estado para a formação docente no Ensino Profissionalizante.

**Palavras-chave:** Estado do Conhecimento. Lei nº 5.692/1971. História da Educação. Educação Profissional.

**LAW Nº 5.692/1971 AND TEACHER FORMATION IN PROFESSIONAL  
EDUCATION: a review of the state of knowledge**

**Abstract:** The present study emerges from a research developed in the Doctorate in Education of a Graduate Program in Education of a Federal Institute (IF). It aims to highlight the scientific production developed in postgraduate studies in Brazil, on Law nº 5.692/1971, enacted on August 11, 1971, in the period from 1971 to 2021. The methodology is a bibliography approach, based on a survey of the State of Knowledge in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). As result, we infer that of the 464 works found, 28 of them have a connection with Law No. 5,692/1971, when dealing with its implementation, teacher training in some state of Brazil and the curricular changes that occurred to the detriment of this legislation. However, none of the investigations specifically addresses the implementation of Law No. 5,692/1971 and the State's actions for teacher formation in Vocational Education.

**Keywords:** State of Knowledge. Law No. 5,692/1971. History of Education. Professional education.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, é professora de Didática do IFRN. E-mail: aleksandra.nogueira@ifrn.edu.br.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, é professor perm., nível IV, da Secretaria da Educação e da Cultura do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). E-mail: steniondre@hotmail.com.

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Educação na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000-2001). doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). Atualmente é professora Titular do Centro de Educação da UFRN. E-mail: mmarlupaiva3@gmail.com.

## LEY N° 5.692/1971 Y FORMACIÓN DOCENTE EN EDUCACIÓN PROFESIONAL: una revisión del estado del conocimiento

**Resumen:** El presente estudio surge de una investigación desarrollada en el Doctorado en Educación de un Programa de Posgrado en Educación de un Instituto Federal (IF). Tiene como objetivo destacar la producción científica desarrollada en los estudios de posgrado en Brasil, sobre la Ley n° 5.692/1971, promulgada el 11 de agosto de 1971, en el período de 1971 a 2021. La metodología es un enfoque bibliográfico, a partir de un relevamiento del Estado del Conocimiento en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES). Como resultado, inferimos que de los 464 trabajos encontrados, 28 de ellos tienen relación con la Ley n° 5.692/1971, cuando se trata de su implementación, la formación docente en algún estado de Brasil y los cambios curriculares ocurridos en detrimento de la esta legislación. Sin embargo, ninguna de las investigaciones aborda específicamente la implementación de la Ley N° 5.692/1971 y las acciones del Estado para la formación de docentes en Educación Profesional.

**Palavras-clave:** Estado del conocimiento. Ley N° 5.692/1971. Historia de la Educación. Educación profesional.

### Introdução

Este trabalho emerge de uma pesquisa desenvolvida no Doutorado em Educação de um Programa de Pós-Graduação em Educação de um Instituto Federal (IF). O estudo se caracteriza como revisão bibliográfica em busca do Estado do Conhecimento acerca da Lei n° 5.692/1971, e apresenta a produção científica acumulada sobre a temática, tendo como marco temporal, para a construção da investigação, o período de 1971 a 2021. O recorte inicial deu-se tendo como justificativa o ano da promulgação da referida Lei. Como referência para a análise dos dados, utilizamos as teses e as dissertações produzidas e publicadas nos/pelos programas de pós-graduação no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Entendemos o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, como uma das partes mais relevantes do trabalho científico, pois faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado, traz o que existe, amplia conceitos, retira dúvidas dos que estão pesquisando sobre o objeto de estudo pretendido, a fim de não cair na repetição. Ressaltamos que o interesse em inventariar os estudos produzidos e publicados sobre a Lei n° 5.692/1971, deu-se em virtude de a temática ser central no trabalho de doutoramento<sup>4</sup>, que se encontra em

<sup>4</sup> O artigo é oriundo dos estudos para a tessitura da tese de doutorado: A Lei n° 5.692/1971 e as ações do Estado para a formação docente no Ensino Profissionalizante do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto

andamento em um Programa de Pós-graduação em Educação de um Instituto Federal (IF).

Para tanto, buscamos o banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de verificar o que existe sobre a Lei no recorte temporal anunciado. O total encontrado, entre dissertações e teses, foi de 464 publicações.

A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, reformou a educação brasileira ao criar o Ensino de 1º e 2º Graus (atuais Ensino Fundamental e Médio). Uniu o antigo Ensino Primário ao Ensino Ginásial e retirou a exigência do Exame de Admissão<sup>5</sup>. Segundo Cunha (2005) o Ensino Secundário, o Ensino Normal, o Ensino Técnico Industrial, o Ensino Técnico Comercial e o Ensino Agrotécnico, passaram a compor um único ramo, em que todas as escolas começaram a oferecer cursos profissionais, denominados de profissionalizantes, com o intento de formar técnicos e auxiliares técnicos para todas as atividades econômicas. Pretendia-se, que o Ensino de 2º Grau, tivesse a terminalidade como característica básica, manifestada pelo Ensino Profissional. A terminalidade daria a seus egressos o benefício imediato da possibilidade de conseguirem desempenhar ocupações que oferecessem mais vantagens, em decorrência do curso.

Promulgada no contexto da Ditadura Civil-Militar, a Lei nº 5.692/1971, trouxe disposições que provocaram mudanças e permanências nas políticas e concepções de educação que vinham sendo implementadas no Brasil ao longo do século XX. Nesta conjuntura, no Ensino de 1º Grau, ocorreu a fusão dos ramos do 1º ciclo: Curso Normal, Básico Industrial, Básico Comercial e Básico Agrícola, dando ênfase à educação geral e propedêutica, porém havia a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho.

O Ensino de 2º Grau profissionalizante, tinha um currículo que compreendia as disciplinas gerais apenas no primeiro ano do 2º grau e os dois anos posteriores voltados exclusivamente para as disciplinas da área profissional, do estudante em formação. Na Lei, residia uma dualidade no âmbito educacional, de modo que os filhos das classes populares

---

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

<sup>5</sup> Os exames de admissão ao ginásio duraram quarenta anos (1931-1971), durante esse período os alunos do Ensino Primário que desejavam ir para o Ensino Ginásial tinham que se submeter as provas escritas e orais em quatro áreas de conhecimento (Português, Matemática, História e Geografia). Para além disso, teriam que estar na faixa etária de 11 a 13 anos, com certidão de nascimento, filiação, naturalidade e cartão de vacina contra a varíola (GAMA; ALMEIDA, 2018).

subalternizadas, eram destinados ao trabalho e a elite, por sua vez, encaminhava seus filhos ao Ensino Superior. Era interessante para o Estado, conter o acesso das classes populares ao Ensino Superior. Por isso, se fazia necessário profissionalizar no Ensino de 2º Grau.

A Lei nº 5.692/1971 promoveu uma reforma profunda no Ensino de 1º e 2º Graus, visando, com isso, formar mão de obra para o mercado e diminuir a demanda de vagas nas instituições de Ensino Superior. A concepção de Ensino Profissionalizante apresentava como base, a necessidade de organizar o 2º Grau, de maneira que oferecesse aos concluintes uma habilitação profissional. Desse modo, o foco do jovem passaria a ser o mercado de trabalho e não mais o acesso ao Ensino Superior. Essa necessidade procederia do imperativo de combater a frustração dos alunos, resultado de seu despreparo para o mercado de trabalho ao fim do nível médio, o que os estaria levando a buscar as escolas superiores como único meio de lograr uma habilitação profissional (CUNHA, 2014).

Destarte, a política educacional da Ditadura, expressa na Lei nº 5.692/1971 trouxe, a ideia de Ensino Profissionalizante como uma de suas realizações mais audaciosas, incorporando os fundamentos da racionalização do trabalho escolar e a adoção do Ensino Profissionalizante no 2º Grau. Com a implantação de um Estado autoritário, transformações ocorrem na área da educação, com a crescente industrialização, que era fruto do capital estrangeiro, sob forte inspiração da Teoria do Capital Humano (TCH)<sup>6</sup>, tratando-se de estabelecer um vínculo direto entre educação e mercado de trabalho.

Pela literatura estudada, é perceptível que na História da Educação, a formação de professores sempre esteve em situação de dependência em relação aos diversos arranjos políticos desenvolvidos nas relações sociais de poder. Essa formação foi alvo das reformas do Estado capitalista sob controle dos militares. Nesse contexto, as reformas educacionais encaminhadas se alinhavam aos moldes de reforço ideológico do viés dominante. Nas palavras de Amaral (2019, p. 104 e 105), “[...] A investida sobre a educação foi ampla e complexa. Tentou atingir do ensino básico ao superior, da estrutura escolar a formação de professores, controlando a subversão de forma autoritária, condizente com este processo de

---

<sup>6</sup> Para Schultz (1973) o indivíduo, do ponto de vista da produção, é uma combinação de trabalho físico e educação ou treinamento. Supõe-se que a pessoa é produtora de suas próprias capacidades de produção, chamando-se de investimento humano, as despesas que deve efetuar, ou que o Estado cumpre por ela, em educação e treinamento, para aumentar a sua produtividade.

modernização conservadora”.

Saviani (2009), explica que com o Golpe Militar de 1964 houve adequações no campo educacional que se efetivaram por meio de mudanças na legislação do ensino. A partir da Lei nº 5.692/1971, os ensinos primário e médio foram modificados, sua denominação foi alterada, passando a se chamar, respectivamente, 1º Grau e 2º Grau.

Nesta lógica, os tipos de professores deveriam refletir o currículo do Ensino de 1º e 2º Graus. Uma parte do currículo deveria abranger parte de educação geral e outra de formação especial. O resultado era um profissional polivalente sem especificidade, ou com especificidade e sem polivalência (CHAGAS, 1980).

Dito isto, temos como objetivo evidenciar a produção científica desenvolvida na pós-graduação do Brasil, sobre a Lei nº 5.692/1971, promulgada em 11 de agosto de 1971, no período de 1971 a 2021.

A abordagem é qualitativa (CRESWELL, 2014) e como técnica de pesquisa fizemos um levantamento bibliográfico, por meio da realização do Estado do Conhecimento. Para isso, levantamos as produções acadêmicas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, entre 1971 e 2021, por meio dos descritores, entre aspas: “Lei 5692/71”, “Lei nº 5692/71”, “Lei nº 5.692/1971” e “Lei 5.692/71” e mapeamos 464 trabalhos. Esse mapeamento foi compilado entre os anos de 2019 e 2021.

Posto isso, organizamos o texto em duas seções. Na primeira, fazemos uma caracterização do percurso da pesquisa, explicitando como se processa a pesquisa de Estado da Arte ou Estado do Conhecimento. Na segunda, traçamos os estudos que abordam a Lei nº 5.692/1971, em que construímos o Estado do Conhecimento e para tanto, elencamos 3 categorias de análise: a) Declaração da Lei nº 5.692/1971 no título da dissertação ou tese; b) A Lei nº 5.692/1971 e a formação de professores para o Ensino Profissionalizante e c) Interface da Lei nº 5.692/1971 com a reforma no currículo escolar. Na sequência, repisamos as nossas considerações sobre o presente artigo.

### **Caracterização e percurso da pesquisa**

Esse estudo se caracteriza como revisão bibliográfica em busca do Estado do Conhecimento acerca da Lei nº 5.692/1971. Para Morosini (2015) esse tipo de pesquisa

remete a identificar, registrar e categorizar, e conduz o pesquisador a refletir e sintetizar sobre a produção científica de uma determinada área do conhecimento, em um espaço específico de tempo. Pode ser realizada em repositórios, periódicos, teses, dissertações e livros. Segundo Silva, Souza e Vasconcellos (2020, p. 2, grifo das autoras):

*O Estado da Arte e o Estado do Conhecimento* são denominações de levantamento sistemático ou balanço sobre conhecimento, produzido durante um determinado período e área de abrangência. Dessa forma, os pesquisadores que decidirem fazer um Estado da Arte ou Estado do Conhecimento têm em comum o objetivo de “olhar para trás”, rever caminhos percorridos, portanto possíveis de serem mais uma vez visitados por novas, de modo a favorecer pesquisas a sistematização, a organização e o acesso às produções científicas e à democratização do conhecimento.

Neste sentido, a consulta, a sistematização e a análise do que foi produzido no campo disciplinar analisado, principalmente no país do pesquisador, são relevantes para embasar o que será produzido na dissertação ou tese. O Estado do Conhecimento é uma importante fonte para que o pesquisador estabeleça uma ruptura com os pré-conceitos ou noções pouco esclarecidas sobre o objeto de estudo. Santos *et al* (2020, p. 208) advertem para a polissemia dos termos utilizados para definir esse tipo de trabalho:

[...] Nesse ponto, as terminologias são as mais diversas: estado da questão, pesquisa bibliográfica, investigação bibliográfica, levantamento crítico, estudo exploratório bibliométrico, estudo bibliométrico, revisão sistemática, revisão de literatura, revisão integrativa, revisão narrativa, pesquisa de pesquisas, pesquisando pesquisas, estudo focado nas pesquisas, análise estilística, análise descritivo-interpretativa, análise comparativa, metassíntese, metanálise e pesquisa metateórica. Sendo efetivamente pesquisas EA, a variedade de denominações reforça a liberdade pessoal de pesquisadores sobre o termo escolhido para ser adotado em seus estudos, além da concepção de conhecimento assumida por esses sujeitos.

Definimos esta pesquisa como Estado do Conhecimento, e não um Estado da Arte, uma vez que mapeamos e escolhemos para esse trabalho, apenas as dissertações de mestrado e teses de doutorado, e não outros tipos de produções acadêmicas. Romanowski e Ens (2006, p. 39, grifo das autoras) explicam que: “[...] os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções”. E

complementam “[...] para realizar um “estado da arte” [...] não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área”.

Ferreira (2002) defende que um Estado da Arte é uma pesquisa de caráter essencialmente bibliográfico, caracterizado, pela busca de um panorama geral das produções científicas concebidas em determinados campos do conhecimento. Posto isto, o caráter panorâmico dessas pesquisas, revela uma de suas mais expressivas características: sua expressão crítica e analítica.

Para tanto, o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento necessita elencar alguns elementos gerais, nas etapas estruturantes de sua construção, a saber: a) identificação da temática e do objeto de estudo que se pretende investigar. Esse momento manifesta-se como crucial, pois demarca a intenção do pesquisador em produzir esse tipo de estudo sobre alguma temática em determinada área do conhecimento; b) identificação das fontes de pesquisa, ou seja, corpus de análise, constituindo-se de livros, teses e dissertações, textos de eventos, periódicos, dentre outros; c) recorte de tempo, isto é, a busca por produções publicadas em um período previamente definido; d) a quarta etapa consiste na identificação dos descritores da pesquisa, ou das palavras-chave que possuem relação com o tema; e) a quinta etapa, é o levantamento do material disponibilizado nos bancos de dados; f) a sexta etapa, refere-se, à tabulação dos dados do resumo, ou seja, categorizar as produções em suas distintas naturezas, g) A análise posterior do material, é alcançada pela sétima etapa: leitura e síntese preliminar por ocasião da análise do resumo, na qual se considera o tema, os objetivos, as problemáticas, as metodologias, as conclusões e a relação entre pesquisador e área; h) sendo a partir da leitura e da síntese, que se realizará a oitava etapa, a categorização, processo no qual serão identificadas as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nos trabalhos; i) A nona e última etapa do movimento de construção de pesquisas nessa modalidade, se refere à análise e conclusões a partir da síntese. Essa etapa é desenvolvida após a leitura preliminar dos textos mapeados (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006).

Em relação a essas definições, procuramos conhecer como o nosso objeto de estudo, nos trabalhos mapeados, vem se delineando nas produções científicas. E é sobre esse processo que trataremos na próxima seção.

## Os estudos que abordam a Lei nº 5.692/1971: a construção do Estado do Conhecimento

Orientados pelos procedimentos descritos por Romanowski e Ens (2006), adaptando-os ao tipo de pesquisa denominado Estado do Conhecimento, e definido previamente o tema a ser pesquisado, preocupamo-nos em encontrar os descritores a serem utilizados na busca em páginas da internet. Para o presente estudo, optamos por utilizar o *site* do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Para a nossa pesquisa, utilizamos quatro descritores, entre aspas: “Lei 5692/71”, “Lei nº 5692/71”, “Lei nº 5.692/1971” e “Lei 5.692/71”. Inicialmente, realizamos a pesquisa em 2019. Posteriormente, atualizamos o levantamento nos anos de 2020 e 2021, foram apresentados 464 resultados. A fim de selecionar de forma ainda mais específica os trabalhos, decidimos nos restringir apenas às teses e dissertações vinculadas à grande área de Ciências Humanas. E o marco temporal foi de 1971-2021.

A primeira parte do levantamento foi realizado no período compreendido entre agosto e setembro de 2019. A segunda parte da pesquisa, foi realizada entre outubro e novembro de 2020. E a terceira parte do levantamento, realizou-se no período entre janeiro e fevereiro de 2022. Como sintetiza o Quadro 1.

Quadro 1: Estado do Conhecimento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (1971-2021)

Descritores	Número de trabalhos catalogados
“Lei 5692/71”	126
“Lei nº 5692/71”	91
“Lei nº 5.692/1971”	105
“Lei 5.692/71”	142
TOTAL	464

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Observa-se que através dos referidos descritores mapeamos 464 trabalhos. Com o descritor “Lei 5692/71” encontramos 126 trabalhos, já com a busca “Lei nº 5692/71” localizamos 91 estudos, com o descritor “Lei nº 5.692/1971” situamos 105 produções e com a palavra-chave “Lei 5.692/71” encontramos 142 produções. De posse dessas produções, passamos para a fase de manipulação e exploração do material. Para tanto, organizamos arquivos dispostos em tabelas no programa *Excel*, em que discriminamos os seguintes

elementos para cada documento: autor, título, ano, resumo, palavras-chave, instituição, mestrado/doutorado.

Foram encontradas 464 dissertações e teses, das quais 28 estavam relacionadas com os critérios que estabelecemos para compor o *corpus* de trabalhos, a saber: relação entre a Lei e o objetivo da pesquisa; discutir a Lei de forma explícita, a partir do título, ou de forma tangencial, em outras partes do texto, como objetivos específicos, ou um capítulo; e estar compreendida no recorte temporal entre 1971-2021.

Após a ordenação das informações em quadros, iniciamos o processo de análise e categorização das dissertações e teses, tendo por base a leitura dos títulos, resumos, sumários e de outros elementos necessários para a compreensão do todo. Desse modo, dos 464 documentos levantados, passamos a trabalhar com 28 deles, que se encaixaram nos nossos critérios de análise, como sumariza o Quadro 2.

Quadro 2: Relação de teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação com enfoque na Lei nº 5.692/1971 (1971-2021)

Ano	Autor	Tipo	IES
2006	LIMA, J. M. C.	Dissertação	UFC
2006	CABRAL, J. A.	Dissertação	UFES
2006	OGLIARI, C. R. N.	Dissertação	PUCPR
2007	VALÉRIO, T. F.	Dissertação	UFPR
2008	ARCARO, M. T. Z.	Dissertação	UNISAL
2008	SILVEIRA, J. B. da	Dissertação	PUC-CAMPINAS
2010	WALDRIGUES, R. de C. G.	Dissertação	PUC-PR
2011	FRANKFURT, S. H.	Dissertação	PUC-SP
2011	MATUCHESKI, S.	Dissertação	UFPR
2012	PIACENTINE, A. P. F. da SILVA	Dissertação	UFGD
2012	DELMAS, A. de S. e B. B.	Tese	UFRJ

Ano	Autor	Tipo	IES
2014	QUEIRÓS, V.	Dissertação	UFPR
2014	SILVA, J. S. da	Dissertação	UFPR
2015	FERLIN, R. A. M.	Dissertação	UPF
2015	OLIVEIRA, E. C. W. L. de	Dissertação	UNOESTE
2015	LUPETINA, R. de M.	Dissertação	UFRJ
2015	SOUSA, C. B. de	Dissertação	UFPA
2015	FURLAN, E.	Dissertação	UNIOESTE
2015	CORRÊA, E.	Dissertação	UNIRIO
2015	BEZERRA, M. I. da S.	Tese	UFF
2017	BULOTAS, M. C.	Dissertação	UFPR
2017	MARTINOFF, E. H. da S.	Tese	UNESP
2018	CARLOS, N. L. S. D.	Dissertação	IFRN
2018	ASSIS, D. A. de	Dissertação	UFU
2021	HONORATO, D. R. P.	Dissertação	UFPR
2021	ZANELATO, I. A.	Dissertação	UEM
2021	SILVA, E. T. da	Tese	UFU
2021	SANTINI, J. B.	Tese	UFPR

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do *site* da CAPES, 2022.

Dos 28 trabalhos, nota-se que 23 deles são dissertações e 5 são teses. Relativo às instituições de origem, observa-se que há bastante variedade, concentrando-se nas IES públicas.

Sobre a temática investigada nos estudos, constatamos a presença de 3 grandes temas: a Implementação da Lei nº 5.692/1971 (6); O estudo do currículo a partir da Lei (12) e Formação de Professores em relação ao contexto da Lei nº 5.692/1971 (10). Os 6 estudos que discutem a implementação da Lei nº 5.692/1971, são: Cabral (2006), Lima (2006), Valério

(2007), Silva (2014), Carlos (2018) e Oliveira (2015). Alguns, tratam dessa implementação em estados específicos, como Ceará, Paraná, Guarapuava e Rio Grande do Norte. Um total de 12 documentos, focam no estudo do currículo a partir da Lei, sendo: Queirós (2014), Bulotas (2017), Delmas (2012), Matucheski (2011), Martinoff (2017), Sousa (2015), Furlan (2015), Waldrigues (2010), Silva (2021), Santini (2021) e Honorato (2021).

Em seu conjunto, abordam o currículo no contexto da Lei nº 5.692/1971, em diferentes áreas: Língua Portuguesa, Licenciatura em Artes, Licenciatura em Educação Artística, Ensino de Português, Ensino de Matemática e Ensino de Filosofia. Os estudos (10) que versam sobre a formação de professores, em relação ao contexto da Lei nº 5.692/1971, temos: Frankfurt (2011), Ferlin (2015), Assis (2018), Arcaro (2008), Bezerra (2015), Piacentine (2012), Ogliari (2006), Lupetina (2015), Silveira (2008), e Corrêa (2015). Parte desses trabalhos, tiveram como *locus* de investigação: Americana, Amazonia Acriana, Dourados, Paraná e Rio de Janeiro.

Quanto aos aspectos metodológicos, visualizamos que das 28 investigações, (19) tiveram como aporte metodológico a análise de documentos diversos, a saber: relatórios, Leis, cadernos de atividades e de provas, cadernos de planejamentos de aulas, anotações, bilhetes, registros de frequência, registros de matrícula, folhas de promoção das escolas rurais, regimentos, estatutos, livros de atas, nomeações, telegramas, provas escolares, cadernos de alunos, entre outros; (8) , além de documentos, também se aportaram no uso entrevistas com interlocutores diversos: professores, alunos, diretores, coordenadores pedagógicos, secretários de Educação; e (1) pesquisa, fez uso apenas de entrevistas, com ancoragem na História Oral.

Na apreciação das tendências teóricas, que subsidiaram as 28 dissertações e teses elencadas, depreendemos que alguns estudiosos se sobressaem em detrimento de outros. Os referenciais mais citados, foram: Chartier, Shön, Nóvoa, Goodson, Certeau, Chervel, Le Goff, Romanelli, Cunha, Bourdieu, Shultz, Germano, Freitag, Saviani e Skinner. É importante citar, que inúmeros outros autores também são mencionados, embora sejam em menor peso, como, por exemplo: Guiraldelli, Silva, Scott, Louro, Lopes, Martins, Rodrigues, Moreira, Habermas, Thompson, Frago, e Snyders.

Feita essas ponderações de cunho mais geral, organizamos a análise e discussão em três categorias, a saber: a) Declaração da Lei nº 5.692/1971 no título da dissertação ou tese,

b) Relação entre a Lei nº 5.692/1971 e a formação de professores para o Ensino Profissionalizante e c) Interface da Lei com a reforma no currículo.

**a) Declaração da Lei nº 5.692/1971 no título da dissertação ou tese**

Das 28 investigações mapeadas, 10 apresentam a Lei nº 5.692/1971 no título. Senso 9, dissertações e 1 tese. O trabalho de Cabral (2006) intitula-se “A implementação da reforma educacional (lei n.º 5.692/71) no estado do Espírito Santo: relações de poder e mercado de trabalho (1971-1978)” tem como objetivo desvelar os efeitos da implementação da Lei n.º 5.692/71, que instituiu, mediante a reforma do ensino de 1º e 2º Graus, o Ensino Profissionalizante no Brasil a partir de 1971. Lima (2006) empreendeu a pesquisa “A reforma lei 5692/71 e seus reflexos na educação cearense”, que teve como intuito compreender historicamente a elaboração da Reforma Educacional de 1971 por meio da Lei nº 5.692/1971, além de contextualizá-la, a partir de sua implementação dentro do Estado do Ceará.

Valério (2007) se debruça sobre “A reforma do 2º grau pela lei 5692/71 no Paraná: representações do processo”, com o objetivo de investigar qual a percepção que membros da Secretaria de Educação, Diretores e Professores de escolas públicas que atuaram no período da Ditadura Civil-Militar possuíam, com relação à proposta de profissionalização do Ensino de 2º Grau no Paraná, estabelecida pela Lei. Queirós (2014) estudou o “Instituto de Educação do Paraná: apropriações e representações no currículo de 1º grau, a partir da lei nº 5.692/71”, sua intenção foi desenvolver um estudo mais aprofundado em relação ao Instituto de Educação do Paraná (IEP) e seu currículo de 1º Grau, a partir da reforma promovida pela Lei nº 5.692/71.

Silva (2014) escreveu “Trabalho, educação e sociedade: a lei 5.692/71 no município de Guarapuava”, o objetivo foi analisar as relações entre educação e trabalho a partir da implantação da Lei em Guarapuava na década de 1970. Oliveira (2015) dissertou no tocante ao “Sistema unitário e sistema dual do ensino médio propedêutico/profissionalizante a partir da lei 5.692/71 até a atualidade: argumentos favoráveis e contrários” com a intenção de analisar tentativas de integração e de superação da dualidade entre o ensino regular médio propedêutico e o ensino técnico-profissionalizante.

Bulotas (2017) pesquisou “O ensino de Língua Portuguesa e a lei 5.692/71: mudanças

e permanências na coleção didática “estudo dirigido de português” (1971-1974)”. Se propôs a investigar como a Lei, um dos principais marcos legais na educação durante o período da Ditadura Civil-Militar, impactou o ensino de Língua Portuguesa. Martinoff (2017) fez a tese “O ensino de música na escola pública brasileira no período de vigência da lei 5.692/71 e seus reflexos na atualidade. Aponta alguns elementos principais no processo histórico do ensino de música nesse período, visando esclarecer prováveis consequências para os dias atuais.

Carlos (2018) dissertou sobre “O ensino de 2º grau no estado do Rio Grande do Norte: uma história da implantação da lei nº 5.692/1971 (1971-1996)” teve como foco, portanto, investigar a organização do Ensino de 2º Grau no estado do Rio Grande do Norte. E Zanelato (2021) abordou “A teoria do capital humano na lei nº 5.692/71: o projeto de educação em questão”, concebe os vínculos estabelecidos historicamente entre as Forças Armadas e a educação.

Depreendemos que o título da dissertação ou tese, é o primeiro contato do leitor com o texto. O título deve representar bem o que se está comunicando, devendo ser claro, conciso, concreto e criativo, em que pode recorrer a subtítulos e marcas gráficas. Para cumprir bem sua função cognitiva e informativa o título deve ser uma síntese, uma espécie de super resumo do texto.

### **b) A Lei nº 5.692/1971 e a formação de professores para o Ensino Profissionalizante**

Da apreciação das 28 produções, 10 apresentam relação entre a Lei nº 5.692/1971 e a formação de professores para o Ensino Profissionalizante, contabilizando 9 dissertações e 1 tese. Corrêa (2015) aborda as trajetórias da formação continuada dos professores de artes cênicas na rede pública municipal de ensino do Rio de Janeiro após a criação da Lei nº 5.692/1971. Silveira (2008) aborda a Lei nº 5.692/1971 e sua relação com a política de formação de professores de História na Ditadura Civil-Militar: a criação da licenciatura curta em Estudos Sociais. Ogliari (2006) investiga a trajetória da formação inicial do professor em cursos de Licenciatura, frente às diferentes modalidades do Ensino Médio Profissional no Estado do Paraná, com especial atenção para a formação profissional integrada ao Ensino Médio, a partir da comparação entre a Lei 5.692/71 e a LDB 9.394/96, considerando os contextos sociais e políticos de cada época. Arcaro (2008) realiza a reconstrução do processo

histórico da formação de professores em nível médio, que ocorreu na escola, que dentre as várias denominações que recebeu, ficou conhecida no município de Americana como “Kennedy”. Identifica o contexto do sistema político, econômico, social que articulou as políticas públicas no espaço de tempo focado (1960 a 1980) e analisa a legislação pela qual foram formados os professores para as séries iniciais, relacionando-a aos documentos oficiais da escola.

Sobre o processo de formação de professores no contexto da Lei nº 5.692/1971, Lira (2009, p. 8, grifo do autor) explica que as décadas de 1960 e 1970 foram caracterizadas por um incremento da produtividade do trabalho: “[...] A demanda por novos docentes serviu de justificativa para a precarização de sua formação com a proliferação dos cursos de formação de professores no segundo grau, tornado obrigatoriamente ‘profissionalizante’ mediante a instauração da Lei nº 5.692/1971, e as licenciaturas curtas incentivadas na Reforma Universitária. [...]”

A pesquisa de Frankfurt (2011) analisa as práticas e apropriações efetivadas na passagem da formação de professores da Escola Normal para a HEM em 2º Grau, instituída em 1971, com a Lei nº 5.692/1971. Piacentine (2012) disserta sobre o processo de implantação e funcionamento do Curso de Magistério Rural, na década de 1970, no município de Dourados, situado no (antigo) sul de Mato Grosso. Para tanto, busca-se examinar nesse trabalho, as políticas educacionais e a história para a formação de professores leigos no Brasil e, em Mato Grosso, com vistas a entender o processo de implantação do Curso de Magistério Rural em Dourados, nesse contexto.

No que se refere à passagem da formação de professores da Escola Normal para a HEM em 2º grau, instituída em 1971, Saviani (2009, p. 147), explica:

[...] Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de

2º Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante.

Conforme Cacete (2014) para as quatro últimas séries do Ensino de 1º Grau e para o Ensino de 2º Grau, a Lei nº 5.692/1971, recomendava a formação de professores em nível superior, em cursos de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração). Nesta linha de raciocínio Cacete (2014, p. 1073) clarifica: “O estabelecimento de um novo currículo para a escola de 1º e 2º graus determinou uma mudança nos modelos existentes para a formação de professores, dando força à ideia de polivalência”.

Os achados de Ferlin (2015) apontam a complexidade da sociedade contemporânea e a formação de professores em uma perspectiva reflexiva, com vistas a tematizar possíveis desafios que possam contribuir para o trabalho docente. Para tanto, busca verificar se as propostas atuais de cursos de formação contribuem para a atuação do professor diante dos desafios da educação. Como ponto de partida aborda o histórico e as mudanças na formação docente, tendo como referência o arcabouço legal acerca da formação de professores, especialmente a Lei nº 5.692/1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996. Bezerra (2015) voltou a sua tese, ao estudo da Escola Normal de Cruzeiro do Sul/Acre, tendo como objetivo compreender as transformações pedagógicas vivenciadas pela referida Instituição entre as décadas de 1940 e 1970.

É mister ressaltar que nesse contexto da Lei em discussão, além da formação de professores para HEM, o curso de Pedagogia também tinha a atribuição de formar os especialistas em Educação (diretores de escolas, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino). Nessa linha de pensamento, (CHAVES, ANDRADE e LIMA NETO, 2014, p. 548, grifo dos autores), arrematam:

Aprofundando mais o assunto formação de professores, e claro do pedagogo, a grande “novidade” dessa lei foi à criação do especialista. Como havia relatado anteriormente, existia o técnico e o licenciado. Só que agora o técnico, além de mudar nome, ganha outro status: de especialista. Foi um olhar, digamos maior para a profissão professor. [...]

As críticas ao modelo de HEM aumentaram, tornando-se cada vez mais contundentes, resultado da desvalorização dos cursos e precarização da formação docente. Tanuri (2000, p. 81), argumenta:

Essa fragmentação do curso refletia a tendência tecnicista, que acabou por conduzir a uma grande diversificação de disciplinas, específicas de cada habilitação - por exemplo, Psicologia da Criança, Psicologia do Desenvolvimento do Pré-Escolar, Problemas da Aprendizagem -, e a um evidente prejuízo no que diz respeito às questões concretas da escola de 1º grau. Como o ingresso na HEM passou a dar-se, via de regra, na segunda série, reduziu-se a carga horária destinada às disciplinas pedagógicas, esvaziando-se a habilitação em termos de conteúdo pedagógico consistente [...]

Por esses motivos, passou-se a ressaltar o esvaziamento, a desmontagem, a desestruturação, a perda de identidade, ou a descaracterização da Escola Normal desse período. Outras críticas que as HEMs receberam se referiam à dicotomia entre teoria e prática, conteúdo e método, núcleo comum e parte profissionalizante, à falta de articulação entre o processo de formação e a realidade do Ensino de 1º Grau, ao desprestígio social do curso, à falta de consistência em relação ao conteúdo, à inadequação, em termos de formação, dos docentes ao curso, à impertinência dos livros didáticos, e problemas no estágio de Prática de Ensino.

O trabalho de Lupetina (2015) analisa as modificações sofridas no perfil do alunado do Instituto de Educação a partir da Lei nº 5.692/1971, tendo em vista o funcionamento do curso normal do Instituto de Educação na década de 1970, que a partir dessa Lei se transformou em HEM, na perspectiva do Ensino Profissionalizante. A produção de Assis (2018) busca por meio da história e memórias das professoras das escolas rurais do Município de Uberlândia, Minas Gerais (MG) (1950-1980), compreender como elas organizaram suas práticas antes e depois da Lei em tela.

Consoante à formação de professores a partir da Lei nº 5.692/1971, Weber (2000, p. 132), expõe:

Nessa lei, cujo capítulo V trata dos professores e especialistas, a questão da formação também considera a premência de docentes, mas é abordada em termos de recomendação de elevação progressiva do seu nível de titulação, [...] como também se generalize a obtenção de diploma em nível superior por intermédio da licenciatura curta.

Essa perspectiva está presente no artigo 29 da Lei nº 5.692/1971:

A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevam progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

O texto da própria Lei, apresenta alternativas de complementação de estudos que igualmente permitem o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
  - b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura obtida em curso de curta duração;
  - c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso de graduação correspondente à licenciatura plena.
- §1º Os professores a que se refere a alínea “a” poderão lecionar de 5ª a 6ª série do ensino de 1º grau mediante estudos adicionais cujos mínimos de conteúdo, grau e duração serão fixados pelos competentes Conselhos de Educação.
- §2º Os professores a que se refere a alínea “b” poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau, mediante estudos adicionais correspondentes, no mínimo, a um ano letivo.
- §3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores (BRASIL, 1971).

Valnir Chagas foi o principal mentor da Lei nº 5.692/1971. Coube a este intelectual a tarefa de teorizar e elaborar a matriz curricular que instrumentalizaria a formação do professor das séries iniciais. Por este ângulo Chagas (1980) argumenta que à época da Lei, havia a hesitação de não ter a escola desejada por falta de educadores capazes de conduzi-la.

### **c) Interface da Lei nº 5.692/1971 com a reforma no currículo escolar**

Na última categoria analisada, dos 28 estudos, encontramos 11 que tematizam sobre a interface da Lei nº 5.692/1971 com a reforma no currículo, sendo 7 dissertações e 4 teses. Waldrigues (2010) faz uma abordagem sobre a resolução de problemas de matemática nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau na rede estadual de ensino do estado do Paraná na década de 1970. Matucheski (2011) de igual modo, estuda as propostas curriculares de matemática do Ensino de 1º Grau (5ª a 8ª série) do estado do Paraná na década de 1970. Sousa (2015) analisa a disciplina Matemática do século XX inscrita na história da Escola Normal em Belém do Pará.

Em sua tese, Delmas (2012) focaliza a construção sócio histórica do currículo do curso de Licenciatura em Educação Artística, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em decorrência da Lei nº 5.692/1971, que determinou a obrigatoriedade da atividade Educação artística, de caráter utilitário, no currículo escolar de ensino de 1º e 2º Graus. Furlan (2015) estuda o ensino de Educação Artística durante a Ditadura Civil-Militar brasileira e os

impactos da legislação educacional da 5.692/1971, que interferiu na formação docente, no que tange à formação profissional para atender a demanda do Brasil desenvolvimentista. Honorato (2021) expõe a trajetória do Ensino de Arte na rede municipal de ensino de Curitiba: finalidades, conteúdos e métodos (1963-1971). Santini (2021) também analisa a educação em arte, no Colégio Estadual do Paraná (CEP) entre as décadas de 1950 e 1980.

Bulotas (2017) pesquisou como a Reforma do Ensino de 2º Grau impactou no ensino de Língua Portuguesa. Martinoff (2017) fez a tese sobre o ensino de música na escola pública brasileira no período de vigência da referida Lei e seus reflexos na atualidade. Silva (2021) faz um estudo sobre a disciplina de Filosofia da Educação na HEM: experiências em escolas de Uberlândia no período de 1971 a 1996. E Queirós (2014) estudou o Instituto de Educação do Paraná: apropriações e representações no currículo de 1º Grau, a partir da lei nº 5.692/1971.

Nessa linha de raciocínio, as teses e dissertações produzidas em relação a essa categoria, mostram que a questão curricular se apresenta na Lei com uma dupla ideia de unidade e variedade. Neste sentido, em concordância com o Conselho Federal de Educação, as matérias trabalhadas pelos estabelecimentos formadores, teria nos estudos teóricos, uma parte comum, que se referia a todo o curso e uma parte diversificada condizente a cada habilitação.

Na Lei nº 5.692/1971 há a ideia das grandes linhas centradas em conteúdos, com áreas definidas na parte comum: a determinação curricular é feita por conteúdos, e estes, dispostos por camadas sucessivas que compõem a parte comum e a diversificada. São apontados, no Parecer nº 853/1971, os objetivos das matérias fixadas pelo núcleo comum, bem como a articulação entre ambas, a saber, que:

[...] um núcleo comum não há de ser encarado isoladamente (art. 2º), se em termos de currículo, como já proclamavam os educadores no século XVIII, ‘tudo está em tudo’. A Língua Portuguesa não pode estar separada, enquanto forma de Comunicação e Expressão, de Educação Artística ou de um Desenho que se lhe acrescentem, sob pena inevitável de empobrecimento. (...) Assim também a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas têm de reciprocarse e completar-se desde os primeiros momentos de escolarização [...] (PARECER, CFE nº 853/1971).

No mesmo Parecer, o relator Valnir Chagas, vai definir o entrosamento das matérias quanto ao relacionamento, ordenação e sequência, como um "inevitável artifícios cartesiano", que vise um resultado orgânico e coerente: O currículo pleno é apontado pela Lei juntamente com as disposições necessárias ao seu ordenamento, disposição e sequência. Pela Reforma, o Ensino de 2º Grau, torna-se totalmente profissionalizante.

### **Algumas Considerações**

A partir das discussões empreendidas nessa pesquisa, podemos mapear como a Lei nº 5.692/1971 se apresenta nas dissertações e teses no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nosso objetivo foi evidenciar a produção científica desenvolvida na pós-graduação do Brasil, sobre a Lei nº 5.692/1971, promulgada em 11 de agosto de 1971, no período de 1971 a 2021.

Realizamos o levantamento entre os anos de 2019 e 2021, por meio dos descritores, entre aspas: "Lei 5692/71", "Lei nº 5692/71", "Lei nº 5.692/1971" e "Lei 5.692/71", apontamos as teses e as dissertações produzidas e publicadas nos programas e cursos de pós-graduação em nível de Mestrado (acadêmico e profissional) e de Doutorado, de universidades do Brasil.

Como resultados, inferimos que dos 464 trabalhos encontrados, 28 deles possuem conexão com a Lei nº 5.692/1971, ao abordarem sobre sua implementação, formação docente em algum estado do Brasil e as mudanças curriculares ocorridas em detrimento dessa legislação.

Na categoria "Declaração da Lei nº 5.692/1971 no título da dissertação ou tese", constatamos que das 28 investigações mapeadas, 10 apresentam a Lei no título. Senso 9, dissertações e 1 tese. Carlos (2018), Cabral (2006), Lima (2006), Valério (2007), e Silva (2014), focam na implantação da Lei em estados específicos do Brasil. Queirós (2014), Bulotas (2017) e Martinoff (2017) estudam as modificações curriculares a partir da Lei. Oliveira (2015) trata do Ensino Médio na relação com a Lei e Zanelato (2021), faz um estudo sobre a TCH no cenário da Lei discutida. Esses estudos não tratam propriamente da formação de professores, porém, tangenciam sobre a mesma, ao discutirem sobre a implantação da Lei em estados do Brasil.

As produções em relação à categoria "A Lei nº 5.692/1971 e a formação de

professores para o Ensino Profissionalizante”, revelam que no total das 28 produções, 10 apresentam relação entre a Lei nº 5.692/1971 e a formação de professores para o Ensino Profissionalizante, contabilizando 9 dissertações e 1 tese. Os trabalhos de Ogliari (2006), Arcaro (2008) e Piacentine (2012), atentam para a formação de professores no cenário da Lei nº 5.692/1971 nos estados do Paraná, Americana e Dourados, respectivamente. Frankfurt (2011), Bezerra (2015), Assis (2018) e Lupetina (2015) tecem considerações sobre a passagem da Escola Normal para HEM, decorrente da imposição da Lei. E Ferlin (2015) faz um paralelo entre a formação de professores à luz da legislação da década de 1970 e a legislação atual. Silveira (2008) reflete sobre a formação de professores de História e Corrêa (2015) analisa a formação de professores de Artes Cênicas. Essas investigações, apesar de discutirem sobre a formação de professores no cenário da Lei em tela, não centram as análises nas ações do Estado para a formação docente, outrossim, focam o debate em determinados estados do Brasil.

Os estudos que tematizam a “Interface da Lei nº 5.692/1971 com a reforma no currículo escolar”, elucidam que dos 28 estudos, 11 que enfocam sobre a interface da Lei nº 5.692/1971 com a reforma no currículo, sendo 7 dissertações e 4 teses. Desse modo, Queirós (2014), Waldrigues (2010), Matucheski (2011), Delmas (2012), Santini (2021), Bulotas (2017), Martinoff (2017), Silva (2021), Furlan (2015), Honorato (2021) e Sousa (2015), inferem sobre a reforma no currículo escolar no contexto da Lei tratando de áreas específicas do conhecimento, como: Língua Portuguesa, Artes, Educação Artística, Música, Matemática e Filosofia. Essas produções tangenciam sobre a Lei, ao analisarem as reformas curriculares, decorrentes dessa legislação educacional.

Em suma, avaliamos que os trabalhos destacados resvalam sobre a Lei estudada. Desse modo, nossa proposta de tese, no sentido de analisar a Lei nº 5.692/1971 e as ações do estado para a formação docente no Ensino Profissionalizante, contribuirá para o fortalecimento da História da Educação Profissional, como um campo de conhecimento e pesquisa, no rol científico e social, ampliando as discussões sobre a formação de professores numa perspectiva histórica. Pois, pelo Estado do Conhecimento empreendido, ficou patente que há necessidade de se pesquisar mais sobre a formação docente para a Educação Profissional.

## Referências

AMARAL, George. Revolução e autocracia burguesa no Brasil: seus reflexos na educação após o golpe de 1964. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.5, n.1, p. 91-108, Jan - Jun., 2019.

ARCARO, Marilde Terezinha Zuardi. "**Kennedy**", a escola de Americana: reconstrução do processo histórico da formação de professores. 2008. 150f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2008.

ASSIS, Danielle Angelica de. **Inventoras de trilhas**: história e memórias das professoras das escolas rurais do município de Uberlândia-MG (1950 a 1980). 2018. 207 f. Mestrado em Educação - Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. **Formação docente institucionalizada na Amazônia acriana**: da escola normal regional à escola normal Padre Anchieta (1940-1970). 2015. 412 f. Doutorado em Educação, Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Parecer nº 853** de 12 de novembro de 1971, do CFE. Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei n. 5.692. In: **Documenta nº 132**, Rio de Janeiro, nov. 1971.

BULOTAS, Michelle Caroline. **O Ensino de Língua Portuguesa e a Lei 5.692/71**: mudanças e permanências na coleção didática “estudo dirigido de português” (1971-1974). 2017. 212 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

CABRAL, Jefferson Alves. **A implementação da reforma educacional (Lei 5.692/71) no Estado do Espírito Santo**: Relações de Poder e Mercado de Trabalho (1971-1978). 2006. 163f. Mestrado em História Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014. ISSN: 1678-4634.

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias. **O ensino de 2º grau no estado do Rio Grande do Norte**: uma história da implantação da Lei nº 5.692/1971 (1971- 1996). 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação Profissional, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

CHAVES, Flávio Muniz; ANDRADE, Francisco Ari de; LIMA NETO, José Melinho de. A reforma educacional de 1968 e a lei 5691/71: o tecnicismo pedagógico em questão. *In: XIII ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO - ECHE.; III ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO - ENHIME.; III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E GEOEDUCACIONAIS - SINECGEO*, 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). Anais. Fortaleza: IMPRECE, 2014. p. 541-554.

CORRÊA, Elizabeth. **Tecendo Fios, Costurando Histórias...: trajetórias da formação continuada dos professores de artes cênicas na rede pública municipal de ensino do RJ.** 2015. 128f. Mestrado Profissional em Ensino de Artes Cênicas Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014. Tradução Sandra Mallmann da Rosa.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, v.44 n.154 p.912-933 out./dez. 2014. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2913>. Acesso em 01 mai. 2019.

DELMAS, Anita de Sá e Benevides Braga. **A Construção do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Artística: desafios e tensões (1971-1983).** 2012. 200f. Doutorado em Educação - Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, RIO de Janeiro, 2012.

FERLIN, Raquel Ardais Medeiros. **As complexidades da sociedade contemporânea e a formação de professores em uma perspectiva reflexiva.** 2015. 84f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. **Da escola normal à habilitação específica para o magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981).** 2011. 224f. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade - Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FURLAN, Elisangela, **O Ensino de educação artística durante a ditadura civil-militar brasileira: impactos da legislação educacional.** 2015. 180f. Mestrado em Educação.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2015.

GAMA, Marta Maria; ALMEIDA, Laura Isabel Marques V. de. Os exames de admissão da década de 1931 a 1971. **XVI SEMINÁRIO TEMÁTICO PROVAS E EXAMES E A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. Boa Vista, Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018, Universidade Federal de Roraima, 2018. ISSN: 2357-9889.

HONORATO, Dayana Ribeiro Pinto. **A Trajetória do Ensino de Arte na Rede Municipal de Ensino de Curitiba**: finalidades, conteúdos e métodos (1963-1971). 2021, 250 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

LIMA, Jeimes Mazza Correia. A reforma Lei 5692/71: seus reflexos na educação cearense. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza-CE, 2006.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 36, p. 1-10, 2009.

LUPETINA, Raffaella de Menezes. **A Formação Docente e a mudança no perfil do alunado do curso normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1970**. 2015. 185f. Mestrado em Educação - Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINOFF, Eliane Hilario da Silva. **O Ensino de Música na Escola Pública Brasileira no Período de Vigência da Lei 5.692/71 e seus reflexos na atualidade**. 2017. 103 f. Doutorado em Música - Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (SEDE), São Paulo, 2017.

MATUCHESKI, Silvana. **Elaboração das propostas curriculares de matemática do ensino de 1º grau (5ª A 8ª Série) do Estado do Paraná na década de 1970**. 2011. 181 f. Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MOROSINI, Marilia Costa. Estado de conhecimento: sua contribuição à ruptura de pré-conceitos. **Revista de Educação da UFSM**, Santa Maria: Centro de Educação, v. 40, 2015.

OGLIARI, Cassiano Roberto Nascimento. **Concepção de formação inicial de professores para a educação profissional de nível médio**: um aspecto da história da educação no estado do paraná. 2006. 166f. Mestrado em Educação - Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

OLIVEIRA, Edilene Cristine Weffort Lourenco de. **Sistema Unitário e Sistema Dual do Ensino Médio Propedêutico/Profissionalizante a partir da Lei 5.692/71 até a atualidade**: argumentos favoráveis e contrários. 2015. 249f. Mestrado em Educação - Instituição de Ensino: Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **História da formação para professores leigos rurais:** o curso de magistério rural em dourados, na década de 1970. 2012. 102f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

**PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES.** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2022.

QUEIRÓS, Vanessa. **Instituição de Educação do Paraná:** apropriações e representações no currículo de 1º grau, a partir da Lei nº 5692/71. 2014. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil:** um balanço das teses e dissertações dos anos 90. 2002. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin e ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTINI, Jacyara Batista. **Educação e Arte no Colégio Estadual do Paraná:** entre disciplinas e atividades extracurriculares (1950-1980). 2021, 235 f. Doutorado em Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol dos; SANTOS, Carlos Afonso Ferreira dos; SERIQUE, Nádia dos Santos; LIMA, Rafael Rodrigues Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. **Revista Pesquisa Qualitativa.** São Paulo, v.8, n.17, p. 202-220, ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação,** Universidade Estadual de Campinas, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano:** investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação,** Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set./dez. e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 0101-465X. 2020.

SILVA, Jefferson Soares da. **Trabalho, Educação e Sociedade:** a lei 5.692/71 no município de Guarapuava. 2014. 204f. Mestrado em Educação - Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Valdislaine Maria da. **Desenvolvimento e Validação de Método Cromatográfico**

**para Determinação de Gases Sintetizados a partir de Combustível Derivado de Resíduo Sólido Urbano Gerados Durante o Processo de Pirólise.** 2021. 143 f. Tese (Doutorado em Química) - Programa de Pós-Graduação em Química, do Instituto de Química. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SILVEIRA, João Batista da. **A política de formação de professores de história no regime civil-militar:** a criação da licenciatura curta em estudos sociais. 2008. 159f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

SOUSA, Cibele Borges de. **O ensino de matemática na escola normal de Belém entre 1950-1970:** fragmentos de história. 2015. 115f. Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas - Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade Estadual de São Paulo, n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago. 2000.

VALÉRIO, Telma Faltz. **A Reforma do 2º grau pela Lei 5692/71 no Paraná:** representações do processo. 2007, 122f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

WALDRIGUES, R. de C. G. **A resolução de problemas de matemática nas séries iniciais do ensino de primeiro grau na rede estadual de ensino do Estado do Paraná na década de 1970:** um estudo histórico-cultural. 2010, 116 f. Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2010.

WEBER, Silke. **Como e onde formar professores:** espaços em confronto. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, p. 129-155, abr. 2000.

ZANELATO, Ítalo Ariel, **A teoria do capital humano na Lei N°5.692/71:** o projeto de educação em questão. 2021, 186 f. Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá – Paraná. Maringá, 2021.

Submissão em: 19/03/2023

Aceito em: 16/02/2024

Citações e referências  
conforme normas da:

